

Presidente de conselho muda o tom e cria comissão para analisar projetos sobre fake news

Murillo de Aragão diz que houve 'equívoco' em minuta de anteprojeto

POR PATRÍCIA CAGNI

05/03/2018 18:35 / atualizado 05/03/2018 18:36

BRASÍLIA - Na reunião
PUBLICIDADE

do Conselho

de

Comunicação Social (CCS) do Congresso Nacional desta segunda-feira, o presidente do colegiado, Murillo de Aragão, disse ter havido

ÚLTIMAS DE BRASIL



Ex-ministro dos Portos, amigo de Temer se livrou de prisão temporária 29/03/2018 15:35



PF justifica rapidez da operação devido ao 'risco concreto de destruição de provas' 29/03/2018 15:22



Para assessores de Temer, prisões de amigos são 'perseguição política' ao presidente 29/03/2018 15:06



Esquema de corrupção nos Portos perdura há 20 anos, diz

PF 29/03/2018 15:01

um "**equívoco**" no pedido de estudo feito à assessoria jurídica do Senado sobre as leis de combate às **fake news**. O órgão enviou os resultados do levantamento na forma de minuta de anteprojeto de lei. A maior reação ao texto apresentado pela equipe técnica da Casa começou diante de um artigo que pretende obrigar os provedores a **retirar do ar**, em no máximo 24h, conteúdos que sejam considerados falsos pelos **alvos da publicação** - trecho apontado como **censura** pelos membros do conselho e pelos representantes de órgãos de imprensa.

— O presidente (do Senado) Eunício Oliveira pediu que nós estudássemos a questão das fake news. Mas houve um encaminhamento inadequado, um equívoco, O tema não deveria ter sido encaminhado como anteprojeto ou mesmo uma minuta, mas sim uma nota técnica relacionada à questão - disse ao iniciar a reunião.

Entretanto, no último dia 3, Murillo de Aragão [confirmou](#) que o texto enviado ao conselho era uma minuta. Mas as críticas ao anteprojeto fizeram o discurso mudar. A rejeição veio até mesmo do presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Nesta segunda-feira, a assessoria de imprensa da Presidência da Casa divulgou nota em que "enfatiza que não solicitou e que não está em elaboração qualquer projeto de lei para alterar o Código Penal, a Lei Eleitoral ou o Marco Civil com o objetivo de criar mecanismos de censura à livre manifestação e informação na internet".

"O senador Eunício Oliveira acrescenta que não solicitou ao Conselho de Comunicação do Congresso Nacional, um órgão apenas consultivo e sem a faculdade de apresentar projetos, para que elaborasse qualquer sugestão nesse sentido", diz a nota.

O presidente do conselho esclareceu aos membros que o documento apresentado como minuta de anteprojeto é um estudo sobre a legislação vigente em outros países sobre a questão:

— O que ele (Eunício Oliveira) não pediu foi um projeto de lei sobre censura. A declaração dele não foi ao estudo das fake news, foi sobre a eventualidade de um projeto de lei sobre censura. Isso jamais foi pedido. Agora, o que não pode é, por conta dessa filigrana de interpretação, não debater o tema. É bastante curioso que a gente se omita - avaliou Aragão, durante a sessão.

— O conselho não deliberou, em nenhum momento, pela elaboração de um anteprojeto tratando de fake news. Não discutiu o mérito, como deve se dar esse combate às notícias falsas e, portanto, essa minuta se trata de um mero estudo feito pela assessoria do Senado. Nós não vamos debater isso porque não existe um anteprojeto — salientou Maria José Braga, representante dos jornalistas na CCS, aos outros conselheiros.

Maria José
acrescentou

PUBLICIDADE

que os membros da comissão relatora serão os reais responsáveis por analisar o teor do estudo apresentado pelo setor jurídico da Casa e exaltar as ponderações que devem ser consideradas pelo CCS.

— E esse estudo vai ser um subsídio a mais.

PRESIDENTE NEGA RECUO

Mesmo após os esclarecimentos, parte dos membros ainda questionava a autonomia do presidente para solicitar esse tipo de estudo aos técnicos do Senado.

Diante das indagações sobre o rito regimental, Murillo de Aragão chegou a sugerir que estariam tentando "embargar" o debate sobre o assunto. Ele ressaltou que outros órgãos já estão deliberando sobre a legislação de controle às notícias falsas disseminadas na internet.

— Não vejo aqui a razão desse embate. A não ser que alguns aqui queiram embargar o debate da fake news enquanto o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e outros órgãos estão se debruçando sobre a questão. E eles vão tomar decisões que podem afetar o processo eleitoral. Então, acho melhor que a gente se posicione. O conselho existe para dar a sua opinião — defendeu Murillo de Aragão.

Novamente indagado sobre o teor do texto pelo GLOBO nesta segunda-feira, o presidente argumentou que não houve "recuo" e admitiu ter discordâncias sobre o texto apresentado pela equipe técnica do Senado.

— O que eu acho é que há uma tentativa de criar uma confusão em torno do encaminhamento do tema. Não falei em discutir o mérito da proposta. Inclusive, eu tenho

discordâncias sobre o texto apresentado (pela assessoria jurídica). Ele jamais seria votado hoje. Ele seria debatido, junto com os outros projetos — disse.

— O conselho não recuou. Ele vai analisar o estudo apresentado e os outros projetos de lei e dar um parecer sobre as fake news — concluiu o presidente, após a reunião.

DEBATE

PUBLICIDADE

Os membros do conselho, então, resolveram seguir a reunião desta tarde sem aprofundar o debate sobre o estudo, o que deve acontecer nas reuniões da comissão de relatoria - formada pelos conselheiros José Francisco de Araújo Lima, Maria José Braga, Ricardo Pedreira, Murillo de Aragão, José Antônio de Jesus da Silva e Miguel Matos, que será o responsável pela coordenação do grupo.

O representante das empresas de televisão, José Francisco de Araújo Lima, sugeriu que os autores dos projetos selecionados - oito, por enquanto - sejam convidados para esclarecer o teor de cada texto aos membros. A dificuldade, nesse caso, se instalou diante da agenda dos deputados e senadores. Assim, esse debate junto aos autores de propostas que tratam do combate às fake news poderá ser feito em nova audiência pública.

— O que eu proponho é que o conselho estude. Examine os projetos de lei que existem hoje, e se posicione. Até contra se for preciso. Existem projetos de lei que são extremamente excessivos. Então, o que eu vejo em uma eventual crise é a grande oportunidade do debate. A gente

não pode é se omitir - enfatizou Murillo de Aragão ao acatar a sugestão feita por José Francisco.